

Condições de trabalho

Insalubridade no Arquivo-Geral do TRT



Paredes com infiltração e mofo, prateleiras com ferrugem e muito altas, poeira, calor, extintores de incêndio insuficientes, vazamento em tubulação cloacal, preconceito. Esse foi o quadro encontrado pelo Sintrajufe em 25/11, em visita ao Arquivo-Geral do TRT, no prédio das Varas, em Porto Alegre.

O setor, instalado em dois andares do Prédio III e num anexo do Prédio II, conta hoje com cinco servidores e uma colega cediada. Porém, dois estão em licença-saúde, com um quadro de LER/Dort, e outros dois já sentem os sintomas da doença. São cerca de 500 mil processos.

Quem trabalha no arquivo também convive com o preconceito. Além de ser tido por muitos como um castigo, o tipo de trabalho é considerado de menor importância, pois exigiria menor atividade intelectual. O estigma faz com que não haja interesse dos servidores em trabalhar no

local. Também há dificuldade em ter atendidas reivindicações como bebedouro e FC.

A poeira é outro agravante. O transporte de documentos também. Enquanto a primeira faz com que os servidores vivam com a sensação de garganta arranhada e secura no nariz e na boca, o segundo é demorado e exige maior esforço físico. Isso porque o elevador, muitas vezes, fica parado em um andar, pois possui uma grade que precisa ser fechada pelos usuários para liberá-lo, o que nem sempre acontece. Além disso, ele não permite a entrada de cadeira

de rodas. Os servidores têm que descer para atender os portadores de deficiência.

Piso escorregadio e número

Fotos Marcelo Antunes



Arquivo é usado como depósito



Infiltrações podem danificar arquivos...



... assim como mofo e vazamentos

elevado de caixas de fiação no chão, falta de extintor na secretaria, triagem lenta para o descarte (atualmente, esta é feita no material de 1993), além da falta de servidores para a conferência dos documentos após análise dos advogados e da partes, também são citados como obstáculos que precisam ser superados diariamente.

O cenário de problemas se completa no arquivo localizado no anexo do Prédio II, que originalmente fazia parte da garagem. A quantidade de poeira é maior, o piso é irregular e o espaço é dividido com equipamentos de informática e móveis, há dois vazamentos no encanamento preso ao teto que ficam pingando próximo às prateleiras de processos.

Para piorar, o pinga-pinga não é formado somente por água, é também de esgoto, pois vem do banheiro do andar superior. Além de poder vir a danificar os documentos, o vazamento é um sério risco à saúde dos colegas.

Diretoria do Sintrajufe se reúne com Diretor Geral do TRT e reivindica solução

Em reunião realizada no último dia 9/12, entre diretores do Sindicato e o Diretor-Geral do TRT, Luiz Fernando Celestino, para reivindicar solução para as questões acima, o DG informou que encaminhará os problemas levantados pelo Sintrajufe, como poeira, mofo e infiltrações, aos setores competentes. Em relação ao esgoto, Luiz Fernando informou que, apesar do encanamento ser novo, o conserto será efetuado. O Diretor Geral também informou que em 2005 serão retirados cerca de 30% dos processos arquivados provisoriamente. Depois de digitalizados eles serão depositados e não mais arquivados, o que reduzirá o volume de documentos no arquivo. Também há perspectiva de aumento do quadro funcional no início do ano que vem. Luiz Fernando informou ainda que estão sendo providenciados novos arquivos de aço (para 2005). Em relação aos processos de 1993, que estão aguardando ser encaminhados para reciclagem, o Diretor Geral avisa que já se encontra em tramitação o processo para este fim.

Taquígrafos do TRF sofrem com excesso de trabalho

Em visita à Taquigrafia do TRF dia 2/12, o Sintrajufe recolheu uma série de reclamações dos servidores. A principal delas é a falta de condições para a realização condigna da função. O aumento da estrutura do TRF sem concurso para taquígrafos – o último foi há seis anos – faz com que os colegas trabalhem no limite. São 23 servidores na função, que atendem a quatro sessões (terças e quartas-feiras, sempre ao mesmo tempo) das atuais oito turmas. Até 1998, o mesmo número de servidores atendia a quatro turmas. Além disso, alguns móveis não são adequados e, como o setor passou de secretaria a departamento, houve redução no número de FCs. “Até o momento o tribunal não preencheu a vaga de uma colega que se aposentou”, afirmam.

A solidariedade pode acarretar desvio de função. O serviço de degravação, por exemplo, é realizado por quatro colegas. Como não há substitutos, quando é necessário – e não são raras as vezes – o pessoal da Taquigrafia se desloca para ajudar. O setor chegou a ter 11 colegas afastados para trata-

mento de saúde. Segundo os taquígrafos, os primeiros sintomas de LER/Dort já haviam se manifestado quando a sede do TRF era na av. Mostardeiro, há mais de dois anos. “Basta ver o tempo médio em que um taquígrafo fica em uma sessão na Câmara dos Deputados ou no próprio STF, por exemplo. Aqui ficamos mais do que as médias do Legislativo e de outros tribunais”, relatam.

Os servidores precisam também superar a distância. As salas de sessão ficam um andar acima. Para fazer o recolhimento é necessário, além de subir dois lances de escada, abrir quatro pesadas portas corta-fogo (duas em cada andar). “É uma ginástica compulsória que não temos como evitar”, dizem.

Os colegas reivindicam a urgente reestruturação do setor, com a criação de cargos de taquígrafos e concursos para a função, a volta das FCs, a diluição das sessões em mais dias na semana, o ajuste dos móveis e o fim da degravação para a Escola de Magistratura, que representa mais trabalho.



O número de turmas dobrou; o de servidores é o mesmo

Justiça Federal

Servidores reclamam aumento do quadro funcional

Em 1/12 os servidores da JF realizaram protesto em frente ao prédio da 1ª Instância pelo aumento do quadro funcional e por melhores condições de trabalho. Foram distribuídos adesivos e uma carta aberta à população explicando que mais uma vez o judiciário brasileiro se utiliza de subterfúgios para encobrir o grave problema que é o funcionamento da Justiça Federal no estado. No dia estava sendo inaugurada a Vara do Sistema Financeiro de Habitação, cuja criação todos somos favoráveis. O que se deixou claro à população é que, apesar de existir necessidade, espaço e móveis, faltava o mais importante na nova unidade: servidores que deem conta da demanda e prestem um serviço qualificado a todos os gaúchos.

Também foi informado que colegas estão sendo retirados de seus atuais setores, já sobrecarregados de trabalho, e remanejados

Rosane Vargas



Sindicato entregou carta aberta e adesivos

para a nova unidade, dando a falsa impressão de que há gente suficiente para o atendimento e que se está ampliando a estrutura da JF no estado. O Sindicato denunciou ainda que a falta de planejamento e de discussão com os trabalhadores resultam em lentidão no trâmite processual e na redução do acesso à Justiça. Para se ter uma idéia do volume de trabalho a que estão submetidos os servidores gaúchos, em 1998 foram distribuídos 75,3 mil processos às Seções Judiciárias da 4ª Região (RS). No ano passado o número saltou para 218,6 mil feitos, um aumento de 260%.

O ato despertou a atenção da imprensa. O descontentamento dos servidores foi notícia no jornal *Correio do Povo* e diretores do Sintrajufe foram entrevistados sobre o assunto por rádios de Porto Alegre.

Diretor-geral dá esclarecimentos sobre URV

Os diretores Clarice, Cláudio Martinez, Silvana e Zé reuniram-se com o diretor-geral do TRF, Ivo Barcelos da Silva, dia 16/11. Ele confirmou que há processo no Conselho da Justiça Federal (CJF) que discute alterações nos índices da correção monetária já paga sobre a URV. Isso beneficiaria os servidores, pois a alteração do índice adotado resultaria em diferenças a receber. No entanto, via contato telefônico, Ivo recebeu a notícia do secretário-geral do CJF, Ney Natal, de que o ministro Ari Pargendler pediu vista, o que impossibilitou uma decisão na última sessão do CJF. Até o final do ano, haverá mais uma, e esse ponto poderá estar na pauta. Ivo disse também que, segundo Natal, há encaminhamentos para buscar uma posição final sobre o assunto, possibilitando o pagamento.

Sobre informações que circulam pelos corredores de que seriam pagos os juros da URV pela

via administrativa, Ivo afirmou que somente ocorreram tratativas, envolvendo o CJF e a Advocacia-Geral da União (AGU), para encaminhamento de acordo com os servidores. No entanto, por posição contrária da AGU, não há expectativas. O diretor-geral informou que a previsão de Natal é que seja julgado até o final do ano o recurso administrativo junto ao TCU tratando da incorporação das FCs até setembro de 2001 (quintos).

Nova Vara

Os diretores defenderam a realização do concurso de remoção para a Vara do Sistema Financeira, inaugurada em PoA dia 1º/12. Eles cobraram que, em função da demanda, seja oferecida a remoção todas as vagas da nova estrutura e questionaram a instalação dessa Vara em 2004, uma vez que não há dotação dos novos cargos para este ano. Independentemente desse questionamento, os diretores rea-

firmaram a necessidade do concurso de remoção, aspiração antiga de vários colegas do interior (sobre remoção e a inauguração da VF, veja textos nesta página).

Segurança e liberação de diretores

O diretor-geral informou que a Secretaria de Segurança e a EPTC continuam sendo oficiais periodicamente para melhorar a segurança e o transporte coletivo na região. Segundo ele, há expectativa de que a prefeitura inicie em breve estudos para a criação de um estacionamento oblíquo na calçada em frente aos prédios e para o retorno de linha de ônibus na rua em frente ao prédio do Harmonia.

Quanto à liberação da diretora Magda, servidora do TRF, para licença classista do Sintrajufe, Ivo disse que o processo foi distribuído para a desembargadora Marga Tessler no Conselho de Administração. Os diretores registraram que o sindicato não possui diretor

Garantido concurso de remoção para PoA

Atendendo a reivindicação do Sindicato, o Diretor-Geral do TRF, Ivo Barcelos, confirmou que serão incluídas no próximo concurso de remoção da JF, que está em elaboração, mas ainda sem data confirmada para publicação, vagas para remoção à Subseção Judiciária de Porto Alegre. Esta medida vem atender a reivindicação de colegas do interior e foi repassada pelo DG à direção do Sintrajufe nesta segunda-feira, dia 6 de dezembro.

liberado na Federal. Ivo ficou de estudar a liberação de servidores nos moldes de portaria do TCU que dispensa do ponto aqueles designados para participar de atividades sindicais, como congressos, plenárias, etc.

Manter a movimentação extraordinária no TRE é questão de justiça

O Sintrajufe continua lutando pela manutenção da movimentação extraordinária aos servidores do TRE. O sindicato opôs embargos de declaração no TRF, após o deferimento do recurso da União, pois alguns dos argumentos da ação não foram enfrentados pelo tribunal. O processo está concluso com o relator, desembargador Thompson Flores Lenz e poderá ser julgado independentemente de inclusão prévia em pauta. Buscaremos o acolhimento dos embargos, restabelecendo-se a decisão que concedeu a antecipação de tutela. Enquanto isso, na primeira instância, o processo principal está pronto para ser julgado. Além disto, conforme deliberação da assembléia no TRE, foram distribuídos nos setores cartazes e adesivos contra a retirada do benefício. Não é justo que seja retirada a movimentação, fato que atingirá justamente os servidores que ganham menos, os quais serão penalizados com diminuição nos salários que chega a 32% do valor atual.

Remoções são discutidas com TRT

No último T-Liga saiu relato da audiência com o Diretor-Geral do TRT. No entanto, faltou citar que os diretores do Sindicato perguntaram sobre o andamento das remoções na JT, considerando o chamamento dos candidatos do concurso público. Utilizando o caso de Porto Alegre, para onde há maior interesse nas remoções, Luiz Fernando informou que está sendo utilizado o seguinte critério: as vagas que surgem são preenchidas uma pelo concurso público e a seguinte pela remoção dos atuais servidores. Entendemos que, de qualquer forma, a vaga livre é provida pelo concurso público, mas na cidade de onde sai o servidor removido, ou seja, garante-se a nomeação de candidatos do concurso público e o direito dos servidores que querem trocar de localidade.